



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



§3º - Não estão incluídos no objeto da presente contratação os serviços curriculares e/ou extracurriculares de caráter facultativo, os de caráter individual e os dirigidos a grupos específicos de alunos, tais como avaliação de 2ª chamada, dependência, adaptação, exames especiais, reciclagem, transporte escolar, uniforme, material didático, segunda via de documentos, dentre outros.

§4º As turmas que não alcançarem o quórum mínimo, os alunos serão automaticamente informados com a consequente devolução de valores pagos, na hipótese de não ser possível a inserção em outras turmas.

Parágrafo primeiro: O (A) CONTRATANTE poderá optar por outro curso, ainda que de maior valor, sendo de sua responsabilidade o pagamento da diferença.

Parágrafo segundo: A opção por outro curso, conforme previsto no parágrafo primeiro da cláusula 1ª poderá ocorrer apenas se houver disponibilidade de vagas bem como o deferimento expresso e formal da matrícula pela CONTRATADA.

Parágrafo terceiro: A opção por outro curso, conforme previsto no parágrafo segundo da cláusula 1ª não se enquadra para o curso de Medicina que possui edital próprio.

§5º - Não se incluem neste contrato outros serviços individuais ou atividades acadêmicas específicas, mas poderão ser oferecidos conforme disposto em normas institucionais e cobrados de acordo com tabela, edital ou demais documentos fixados pela Secretaria Acadêmica.

Parágrafo Único: Os EPI's e assemelhados, quando necessários à realização de atividades acadêmicas recomendadas pelo professor responsável, são de uso pessoal e deverão ser adquiridos pelo (a) CONTRATANTE, devendo atender as normas técnicas aplicáveis e vigentes, apresentando qualidade suficiente para a prática segura das referidas atividades, sem ônus para a CONTRATADA.

§6º - O (A) CONTRATANTE apenas poderá ter acesso aos laboratórios com autorização da Coordenação de Laboratórios e fazendo uso dos EPI's adequados, tais como: roupas adequadas, jaleco, sapatos fechados, máscaras, luvas e demais itens obrigatórios, conforme normativa interna da CONTRATADA.

§7º O (A) CONTRATANTE obriga-se a adquirir todo o material escolar individual exigido pelo estabelecimento de ensino e a cumprir o Regimento Interno da CONTRATADA, o Calendário Acadêmico e os horários fixados pela CONTRATADA e seus órgãos específicos, assumindo total responsabilidade pelas consequências advindas do descumprimento dessas obrigações.

§8º - O (A) CONTRATANTE deverá cumprir o Calendário Acadêmico e horários estabelecidos pela CONTRATADA, assumindo inteira responsabilidade pelos prejuízos de qualquer espécie que venham a prejudicá-lo (a) pela sua não observância, assim como, não o eximindo da obrigação de pagamento mensal previsto na Clausula III do presente contrato.

CLÁUSULA II – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

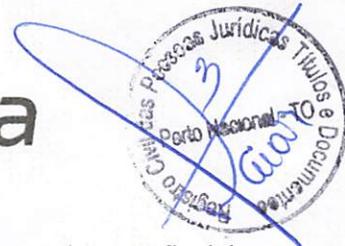
§1º - O preço dos serviços é aquele divulgado pela CONTRATADA como valor de semestralidade para o período acadêmico objeto deste contrato, tendo como referência as disciplinas em que o aluno/beneficiário tenha sido matriculado.

Alvares
2



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



§2º - A CONTRATADA se ressalva o direito de alterar a forma de apuração do preço dos serviços, ao final da vigência deste contrato.

§3º - O (a) CONTRATANTE declara, desde já, ter ciência e concordar que será acrescido à semestralidade do curso contratado o índice de reajuste anual, em montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico. Fica, ainda, estabelecido que o referido reajuste anual será realizado considerando sempre e exclusivamente como data-base o mês de referência estipulado pela CONTRATADA, dentro do seu calendário acadêmico, e não a data de celebração do presente instrumento.

§4º Pelo serviço educacional objeto desta avença, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA uma semestralidade dividida em até 06 (seis) prestações mensais e sucessivas de **janeiro a junho de 2024**, com vencimento no dia 13 (treze) de cada mês.

§5º - A primeira parcela terá vencimento 02 (dois) dias úteis após confirmação da matrícula via portal do aluno ou entrega do Requerimento de Matrícula (proposta manual) devidamente assinado e as demais parcelas todo dia 13 (treze) de cada mês subsequente restantes no semestre contratado.

§6º O CONTRATANTE e/ou Aluno/Beneficiário declara estar ciente que qualquer diferença financeira decorrente de inclusão ou exclusão de disciplina, solicitada dentro do prazo previsto no calendário acadêmico e regimento interno, será debitada ou creditada de forma diluída nas parcelas vincendas subsequentes, tendo por base os valores originais.

§7º - O valor fixado na semestralidade tem como base a quantidade de horas contratadas, conforme previsto em Edital de Matrícula e/ou de renovação semestral de matrícula. O valor da hora-aula do curso consta na tabela que é parte integrante do edital publicado e afixado nos quadros murais da entidade educacional em cumprimento ao art.2º da Lei 9.870/99.

§8º - A simples infrequência às aulas e/ou a não participação nas atividades acadêmicas e/ou desistência não desobriga o CONTRATANTE do pagamento das parcelas contratadas.

§9º - Os boletos bancários para o pagamento das prestações mensais estarão disponíveis no Portal Institucional, acessível por meio de login e senha. Apenas retorno bancário servirá como prova de quitação.

§10º - No caso de desistência ou cancelamento de matrícula de requerido antes do início das aulas, a CONTRATADA devolverá 80% (oitenta por cento) da mensalidade paga, ficando o valor de 20% (vinte por cento) retido para ressarcir a CONTRATADA das despesas administrativas. O prazo de devolução ao CONTRATANTE será de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da comunicação de desistência/cancelamento.

Parágrafo primeiro: Serão considerados calouros os alunos ingressantes nas seguintes modalidades: processo seletivo tradicional, processo seletivo Enem, transferência externa, PROUNI, FIES e portador de diploma.

Parágrafo segundo: O prazo para devolução é de até 15 (quinze) dias uteis, contados a partir da data de formalização do cancelamento.

Marcos 3



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



§11º - O CONTRATANTE, após firmar o presente contrato, autoriza a CONTRATADA a emitir Duplicatas de Serviços ou qualquer outro título extrajudicial, referente às obrigações financeiras assumidas neste instrumento e, se vencidas e não pagas, serão acrescidas das implicações previstas na Cláusula III e seus parágrafos, a qual poderá ser protestada e cobrada extra ou judicialmente, cabendo ao CONTRATANTE o pagamento de todas as despesas processuais, inclusive honorários advocatícios, sem prejuízo, no entanto, da rescisão do presente contrato, ressaltando-se que igual direito assiste ao CONTRATANTE, consoante o estabelecido na cláusula III.

CLÁUSULA III – DA MORA

§1º - Havendo atraso no pagamento de qualquer das parcelas descritas na Cláusula II, o CONTRATANTE e/ou Beneficiário pagará à CONTRATADA, além do valor principal, os seguintes acréscimos:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor principal, devidamente atualizado, na forma do inciso II;

II - Atualização monetária com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, calculado, cumulativamente, *pro rata die*, até efetivo pagamento ou, na impossibilidade de aplicação de tal indexador, mediante a aplicação de índice que reflita a real desvalorização da moeda nacional, desde a data do inadimplemento até o efetivo pagamento;

III - Juros de mora legais sobre o valor principal (1% ao mês).

IV – Havendo inadimplência pelo (a) CONTRATANTE, o débito com os acréscimos legais e ora pactuados serão encaminhados ao Departamento de Cobrança, na forma da lei.

§2ª – Vencido o prazo de tolerância, a CONTRATADA emitirá notificação ao CONTRATANTE, no endereço de domicílio deste ou do Aluno/Beneficiário e, em caso de manutenção da mora, inscreverá o devedor em Cadastro ou Serviços de Proteção ao Crédito (SPC, SERASA, etc.), salvo na pendência de discussão judicial acerca da obrigação.

§3ª – Alternativamente, a CONTRATADA se ressalva o direito de promover a cobrança ou execução judicial da dívida, por meio de advogados ou empresas especializadas.

§4ª - Na hipótese de a CONTRATADA utilizar mecanismos administrativos para obter o recebimento do débito, incidirão sobre este também as despesas junto ao Cartório de Protesto e cadastramento nos órgãos de proteção ao crédito, bem como honorários advocatícios, havendo a atuação de advogado, de 10% para cobrança extrajudicial e 20% para cobrança judicial. Caso haja o ajuizamento de ação judicial para satisfação da dívida, também serão cobradas as despesas relativas às custas processuais.

§5ª - O representante legal ou responsável financeiro do (a) CONTRATANTE, que também subscrever o presente contrato, será DEVEDOR SOLIDÁRIO e responderá integralmente pelo pagamento do valor da semestralidade, conjunta ou separadamente com o (a) CONTRATANTE.

Manoel T
4



ITPAC
PORTO NACIONAL - TO

Afya



§3º Se tratando de rescisão unilateral deste contrato, requerida antes do início das aulas, o prazo para devolução do valor, descontado a multa prevista na cláusula V, parágrafo §2º será efetuada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de formalização da rescisão.

CLÁUSULA VI – DA MATRÍCULA

§1º - A matrícula é o ato de inscrição do Aluno/Beneficiário no corpo discente da CONTRATADA, para fins acadêmicos.

§2º - A matrícula do Aluno/Beneficiário será realizada em data a ser divulgada pela CONTRATADA e somente será efetivada mediante a comprovação da regularidade acadêmica do(a) CONTRATANTE, confirmação das disciplinas no Portal do Aluno, aceite do Contrato e pagamento da primeira parcela da semestralidade, dentro dos prazos institucionais. O aceite poderá ser feito via assinatura digital, e-mail de aceite ou qualquer plataforma sistêmica que a CONTRATADA venha a utilizar.

§3º - Para efeitos do parágrafo anterior fica estabelecido que o aceite do presente contrato poderá ocorrer de forma digital por meio do Portal do Aluno disponibilizado ao CONTRATANTE, ou, excepcionalmente a critério exclusivo da CONTRATADA, poderá o aceite ser realizado de forma presencial, mediante a entrega da documentação necessária.

§4º - A CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, realizará a conferência da documentação de que trata esta Cláusula. Caso o Aluno/Beneficiário não preencha os requisitos legais, o contrato será considerado rescindido por culpa do estudante, com incidência da cláusula penal inserta no §2º da Cláusula V.

§5º O CONTRATANTE e/ou Aluno/Beneficiário declara, que as informações prestadas e documentos apresentados para fins de matrícula, são verdadeiros e autênticos, bem como declara estar ciente que a falsidade daqueles, configura crime previsto no Código Penal Brasileiro passível de apuração na forma da lei.

§6º Na hipótese de eventuais pendências e/ou irregularidades na documentação, o(a) CONTRATANTE se obriga a sanar as pendências e/ou irregularidades na documentação, apresentando a documentação suporte à CONTRATADA o mais rápido possível. A CONTRATADA reserva-se no direito de cancelar a matrícula, caso o(a) CONTRATANTE não tenha sanado as pendências e/ou irregularidades na documentação.

§7º. A CONTRATADA se resguarda no direito de emitir o certificado de colação de grau e/ou diploma do aluno somente após a conferência do cumprimento de todas as disciplinas e atividades acadêmicas obrigatórias, bem como a entrega de toda documentação necessária para tanto. O não cumprimento de todas as obrigações acadêmicas e/ou a não entrega da documentação solicitada, implica na impossibilidade de expedição dos documentos citados.

§8º Para os cursos oferecidos pela CONTRATADA e que se desenvolvam por meio do regime semestral por créditos, será permitida matrícula no mínimo de créditos conforme tabela divulgada no edital de matrícula, exceto nos casos de formandos, que têm poucas disciplinas a cursar, e especiais, a critério da Coordenação de Curso correspondente.

6



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



§9º - Fica expressamente vedada a permanência do (a) CONTRATANTE em sala de aula antes da finalização do processo de matrícula ou renovação semestral de matrícula.

§10º – Para a efetiva conclusão do curso, **as renovações semestrais de matrículas são obrigatórias**. O vínculo de matrícula do (a) CONTRATANTE com a CONTRATADA deixará de existir caso não haja a sua renovação até o último dia fixado para tanto, nos termos do Regimento e dos atos normativos baixados pela Direção, os quais serão oportunamente comunicados aos alunos.

Parágrafo único: Caso o (a) CONTRATANTE não efetue o pagamento do boleto para matrícula ou renovação semestral de matrícula até a data do seu vencimento, conforme prazo previsto na Clausula VI, o contrato será considerado rescindido por culpa do estudante, com incidência da cláusula penal inserta no §2º da Cláusula V.

CLÁUSULA VII – DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

§1º - A CONTRATADA definirá os ambientes/cenários de ensino-aprendizagem que julgar mais adequados dentro do projeto pedagógico do curso, inclusive quanto ao Estágio em Emergências Médicas, Estágio em Atenção Primária em Saúde e Estágio em Atenção Ambulatorial e Hospitalar.

§2º - O CONTRATANTE e/ou Aluno/Beneficiário declara ter ciência que o Regimento Interno da CONTRATADA está disponível no site Institucional para análise de todo o seu conteúdo, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente. O CONTRATANTE declara estar ciente que poderá ter acesso a outras vias do regimento, caso se faça necessário, por meio da Secretaria Acadêmica da CONTRATADA.

§3º - Em caso de aplicação da penalidade de exclusão por motivos acadêmicos ou conduta incompatível com a moral e os bons costumes, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo o Conselho Superior – CONSUP, a última instância administrativa.

§4ª – A CONTRATADA se reserva o direito de modificar o calendário acadêmico e a formação das turmas, bem como alterar o horário das atividades acadêmicas, quando necessário, ou quando houver significativa redução no número de alunos, assegurado o cumprimento das disposições legais para o reconhecimento das disciplinas cursadas.

§5º - É facultado à CONTRATADA realizar a junção de turmas, do mesmo curso ou não, para a realização de aulas teóricas ou práticas, bem como a divisão de turmas para as mesmas atividades acadêmicas.

§6º - A Instituição poderá incluir a oferta de componentes curriculares na modalidade de educação a distância observado o limite de 40% (quarenta por cento) de carga horária total, conforme previsto na Portaria nº 2.117/2019, ressalvadas as disposições previstas nesta portaria para o curso de Medicina.

§7º - O CONTRATANTE e/ou Aluno/Beneficiário declara ter ciência de que todas as resoluções referentes à gestão acadêmica e organizacional poderão ser encontradas no site institucional, para as quais não poderá alegar desconhecimento.

§8º Para a integralização da carga horária do curso serão consideradas atividades acadêmicas todas aquelas permitidas pelo MEC e pela legislação vigente.

Manoel 7



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



§9º Caso o CONTRATANTE firme “Financiamento Universitário” com a instituição bancária parceira da CONTRATADA, para pagamento de suas mensalidades, fica, desde já, ciente que não poderá alterar, acrescer ou diminuir, no período letivo referente ao financiamento, o número de disciplinas/créditos, nos casos de cursos cujas mensalidades sejam correspondentes ao número de disciplinas/créditos contratados, devendo permanecer com sua grade fixa até o término do contrato de financiamento, salvo prévia e expressa aprovação da Diretoria Acadêmica em que estude o CONTRATANTE.

§10º O CONTRATANTE declara expressamente neste ato que na hipótese de inclusão de matéria, após o início do período letivo, observado o limite semestral de faltas de até 25% (vinte e cinco por cento), tem pleno conhecimento que não fará jus a qualquer tipo de reposição de aulas ou aulas especiais referentes ao período já decorrido do início do período letivo, bem como não terá direito a qualquer tipo de indenização, descontos, benefícios e/ou qualquer tipo de ressarcimento de danos, sejam os mesmos de que natureza for.

§11º O CONTRATANTE fica ciente, desde já, que é assegurada à CONTRATADA a possibilidade de encerrar as atividades educacionais do campus de origem do seu curso e/ou turno, sendo certo que são facultados ao CONTRATANTE os aproveitamentos em outros cursos das disciplinas cursadas e dos valores pagos.

§12º A CONTRATADA possui autonomia para ministrar as atividades ou eventos acadêmicos ou parte deles, em turnos e/ou horários diferentes daqueles previamente estabelecidos para o curso no qual o CONTRATANTE se matriculou, inclusive aos sábados, bem como em campi diversos em razão do número de alunos matriculados e dos materiais e/ou equipamentos necessários às atividades acadêmicas, ou ainda, mediante aviso prévio e sem comprometer o andamento do período letivo, transferir o CONTRATANTE para outro campus, em razão do fechamento ou encerramento das atividades do campus original, sem que tais deem ensejo a qualquer tipo de indenização, descontos, benefícios e/ou qualquer tipo de ressarcimento de danos, sejam eles de que natureza for.

§13º - O CONTRATANTE e/ou Aluno/Beneficiário declara ter ciência de que todas as atividades práticas e de Internato, bem como qualquer outro campo de atividade, poderão ocorrer, no todo, ou em parte, em qualquer período do dia, independentemente do turno do Curso da Graduação, uma vez atendida a disponibilidade de espaço, equipamentos e presença de pacientes. As referidas atividades práticas e de Internato, poderão ocorrer fora da cidade sede da CONTRATADA, sendo o deslocamento de inteira responsabilidade do CONTRATANTE e/ou Aluno Beneficiário.

CLÁUSULA VIII – DA FIANÇA

§1º - A CONTRATADA se reserva o direito de exigir fiador (es) idôneo (s), que também assinam o presente contrato, na condição de pagador (es) solidário (s) responsável por todas as obrigações aqui estabelecidas, A fiança somente se extinguirá após a liquidação de todas as obrigações. A responsabilidade assumida pelo (s) fiador (es) neste instrumento abrange todas as parcelas que devem ser pagas pelo Aluno até a conclusão do curso, não apenas sendo consideradas em seu valor na data de assinatura do presente instrumento

Parágrafo primeiro: A renda mensal do fiador deve corresponder a pelo menos 2,5 (duas vezes e meia) o valor da mensalidade do aluno; podendo ser apresentados até dois fiadores para a composição deste valor.

Parágrafo segundo: O fiador poderá ser substituído a qualquer tempo, desde que com a prévia apresentação do novo fiador e o devido aceite por parte da CONTRATADA.

Mercês
8



CLÁUSULA IX – DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

§1º - O trancamento é o ato eficaz para suspender a cobrança das mensalidades escolares vincendas, subsistindo a obrigação em relação às mensalidades vencidas e não pagas, nos moldes definidos nesta cláusula.

§2º - É vedado o trancamento de matrícula no semestre de ingresso ou reingresso nos cursos de graduação.

§3º: - As regras e condições para o trancamento estão previstas no regimento interno da Instituição de Ensino.

§4º O trancamento de matrícula, deve ser solicitado pessoalmente ou através dos atuais canais de atendimento on-line. No ato de trancamento o aluno deverá programar e informar a CONTRATADA o período em que deseja manter trancada sua matrícula.

§5º Para o destrancamento, o aluno, no ato de formalização da renovação de matrícula deverá estar adimplente com a CONTRATADA. Considera-se adimplentes aqueles que não estejam com débitos vencidos junto a CONTRATADA.

CLÁUSULA X – DO TRATAMENTO DE DADOS

§1º A CONTRATADA se compromete a desenvolver suas atividades e o tratamento de dados pessoais do CONTRATANTE e do ALUNO/BENEFICIÁRIO em observância à Legislação Aplicável à Proteção de Dados.

Parágrafo primeiro: Para fins deste Contrato, “Legislação Aplicável à Proteção de Dados” significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709/2018), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

Parágrafo segundo: A CONTRATANTE declara que as diretrizes gerais relacionadas ao tratamento de dados pessoais de alunos e seus pais, representantes legais e/ou financeiros, garantidores, potenciais alunos e visitantes das plataformas da CONTRATADA estão descritas na Política de Privacidade disponível para acesso público em [<https://afya.com.br/politica-de-privacidade>] (“Política de Privacidade”).

Parágrafo terceiro: Expressões utilizadas neste Contrato em referência à proteção de dados, incluindo, sem limitação, “titular”, “dados pessoais” e “tratamento”, serão interpretadas pelos significados que lhes são atribuídos na Política de Privacidade.

§2º A CONTRATADA realiza o tratamento de dados pessoais do ALUNO/BENEFICIÁRIO e, se for o caso, do CONTRATANTE, de modo a viabilizar a execução deste Contrato e cumprir as obrigações legais e regulatórias aplicáveis às instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (“MEC”), bem como para as finalidades descritas na Política de Privacidade.

§3º Para fins de observância de suas obrigações legais e/ou regulatórias, a CONTRATADA poderá compartilhar dados pessoais do ALUNO/BENEFICIÁRIO com órgãos públicos relacionados ao setor de educação, incluindo, mas não se limitando às secretarias estaduais e municipais de educação e outros órgãos

[Handwritten signature]



ITPAC
PORTO NACIONAL · TO

Afya



vinculados ao MEC, bem como para outros terceiros descritos na Política de Privacidade.

§4º O CONTRATANTE e/ou o ALUNO/BENEFICIÁRIO poderão entrar em contato com a CONTRATADA para esclarecimento de dúvidas, reclamações, pedidos de informação ou exercício de direitos relacionados ao tratamento de dados pessoais nos canais de comunicação indicados na Política de Privacidade.

§5º A CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais do ALUNO/BENEFICIÁRIO e/ou do CONTRATANTE apenas durante o período necessário ao exercício das atividades previstas neste Contrato e/ou pelos prazos necessários para o atendimento de suas obrigações legais e/ou regulatórias e/ou consoante o disposto na Política de Privacidade e na Legislação Aplicável à Proteção de Dados.

§6º O CONTRATANTE e o ALUNO/BENEFICIÁRIO declaram que, antes de assinar o presente Contrato, acessaram a Política de Privacidade e que estão cientes do seu conteúdo.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

§1º - O CONTRATANTE declara, para fins de direito, que teve acesso antecipado à Proposta de Prestação de Serviços e ao valor apurado para a contraprestação econômica, por tempo que lhe permitiu estudar o seu conteúdo, concordando com a forma gráfica utilizada e, também, em pleno acordo com todos os seus itens, cláusulas e condições contratuais.

§2º - O CONTRATANTE obriga-se a comunicar à CONTRATADA qualquer mudança de endereço, quando ocorrer.

§3º A CONTRATADA será indenizada pelo CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos que o Aluno/Beneficiário venha a causar nos edifícios, instalações, equipamentos ou bens da Instituição ou de terceiros.

§4º O CONTRATANTE, neste ato, assume total responsabilidade quanto às declarações prestadas neste contrato.

§5º - O (A) CONTRATANTE está ciente de que a CONTRATADA poderá utilizar Sistema de Segurança Eletrônico através de câmeras filmadoras, nas dependências da Instituição de Ensino, inclusive nas salas de aula.

§6º - A CONTRATADA não se responsabiliza pelo seguro dos bens patrimoniais do (a) CONTRATANTE nas suas dependências, especialmente veículos automotores, em razão de não ter qualquer ingerência direta e/ou indireta para a sua guarda.

§7º O (a) CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a enviar-lhe por correspondência eletrônica, via correios ou por meio de serviço de mensagens curtas, conhecido como SMS, comunicações e correspondências administrativas, acadêmicas e pedagógicas.

§8º - As partes atribuem ao presente contrato plena eficácia e força executiva extrajudicial, nos termos do art. 784, III, do Código de Processo Civil.

§9º - O (A) CONTRATANTE cede, gratuitamente, o direito de sua imagem, ou sendo o caso do beneficiário/aluno, do qual é responsável legal, para figurar, individualmente ou coletivamente, em campanhas

Morais



ITPAC
PORTO NACIONAL • TO

Afya



institucionais ou publicitárias da CONTRATADA, para todos os efeitos legais, observada a moral e os bons costumes.

Parágrafo Único: Em nenhuma hipótese poderá a imagem ser utilizada de maneira contrária à moral, aos bons costumes ou a ordem pública.

§10º A CONTRATADA poderá, para fins de garantir o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato por ambas as partes, durante a vigência deste compartilhar dados da CONTRATANTE com fornecedores, os quais desempenharão, serviços de apoio à CONTRATADA na prestação de serviços educacionais à CONTRATANTE. A CONTRATADA declara que referidos terceiros observarão o dever de sigilo e proteção dos dados recebidos, para o que a CONTRATANTE, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, manifesta o seu mais livre e consciente consentimento, autorizando, assim, o tratamento dos seus dados pessoais nos termos desta cláusula.

§11º – Fica consignado que a não utilização de alguma das cláusulas ou faculdades acima por qualquer das partes pactuantes não implicará em renúncia, extinção ou modificação das mesmas.

§12º Em caso de novas restrições impostas pelos órgãos competentes em função de qualquer pandemia o (a) CONTRATANTE está ciente e concorda que as atividades acadêmicas teóricas, ocorrerão pelo REAR (Regime Especial de Aprendizagem Remota), ao vivo, com utilização de recursos digitais, tecnologias de informação e comunicação conforme permitido pela legislação educacional.

CLÁUSULA XII – REABERTURA DE MATRÍCULA, TRANSFERÊNCIAS E ISENÇÃO

§1º A reabertura de matrícula fica condicionada ao oferecimento do curso na época da solicitação, assim como a existência de vagas, não sendo garantido ao CONTRATANTE o direito de usufruir os serviços da Matriz Curricular que se praticava no momento de sua contratação originária.

§2º Nas transferências internas entre cursos da CONTRATADA, os valores já pagos no curso de origem serão transferidos para o novo curso, dentro do período letivo corrente. O CONTRATANTE ficará sujeito às regras e condições do novo curso e/ou novo turno pretendido, especialmente, no que diz respeito aos preços das mensalidades fixadas para cada caso.

§3º A transferência do CONTRATANTE para outra instituição de ensino superior será realizada em prazo suficiente para a efetivação da transferência, por meio dos canais vigentes de requerimentos on-line, do CONTRATANTE ou do seu representante legal, entre instituições, conforme legislação federal vigente, ficando convencionado que tal procedimento importa, automaticamente, na rescisão do presente Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

§4º Nos casos de alunos provenientes de outra instituição de ensino, assim como nos casos de transferência interna, o aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem estará sujeito à análise da Coordenação do Curso de destino.

§5º - O (A) CONTRATANTE está ciente que não será permitido o aproveitamento fora do prazo estabelecido no calendário acadêmico e sem o cumprimento das disposições previstas no Regimento Interno da CONTRATADA.

12/05/2020



CLÁUSULA XIII – DA VIGÊNCIA

§1º - O presente contrato tem validade de 06 (seis) meses, com início em janeiro e término em junho de 2024.

§2º - As renovações deste Contrato poderão ocorrer por meio de aceite eletrônico, permanecendo assim os mesmos fiadores abaixo estabelecidos.

§3º - Enquanto não ocorrer manifestação formal para substituição dos fiadores, entender-se-á que eles permanecem solidários aos contratos renovados eletronicamente.

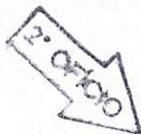
CLÁUSULA XIV – DO FORO

§1º - As partes elegem o foro de Porto Nacional/Tocantins para resolver qualquer pendência relativa ao presente acordo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por entenderem justas as condições ora pactuadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor para que produzam seus efeitos jurídicos.

Porto Nacional/Tocantins, 16 de outubro de 2023.

CONTRATANTE/ALUNO



Rodrigo Ventura Rodrigues
Rodrigo Ventura Rodrigues
Diretor Geral



Juhlli Morais Leite Pacheco
Juhlli Morais Leite Pacheco
Gerente Administrativa e Financeira

Fiador 1:

Nome: _____ Est
ado Civil: _____ Profissão: _____ Data de
Nasc.: ____/____/____ C.P.F.: _____ C.I.: _____ Telefone: _____
End.: _____
N.º: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Assinatura: _____ Ass
.Cônjuge: _____

Fiador 2:



TABELIONATO PETHION
Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos,
e Tabelionato de Protestos e 2º de Notas
Rua Joaquim Pereira, 764 - Centro - Porto Nacional / TO - CEP 77500-000
Fone/Fax: (63) 3363-1661 - E-mail: tabelionato.pethion@hotmail.com

Selo nº 129221AAB443450-CTR, 129221AAB443451-WNJ
Consulte em: <http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>
Reconheço, por **semelhança**, as assinaturas de **JUHLLI MORAIS LEITE DE SOUSA PACHECO** e **RODRIGO VENTURA RODRIGUES**, Dou fé ***. Porto Nacional/TO,
16/10/2023.

Em Testo *Luon* da Verdade.
Camila Galvão Rodrigues - Escrevente
R\$ 18,74



ITPAC
PORTO NACIONAL - TO

Afya



Nome: _____ Est
 ado Civil: _____ Profissão: _____ Data de
 Nasc.: / / C.P.F.: _____ C.I.: _____ Telefone: _____
 End.: _____
 N.º: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
 CEP: _____ Assinatura: _____ Ass
 .Cônjuge: _____

Testemunhas:

1 - Nome: Carolina Duarte Mator
 CPF: 024.724.591-73

2 - Nome: Juliana de Souza Pinheiro
 CPF: 051.072.991-64

TABELIONATO PETHION
 Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos,
 e Tabelionato de Protestos e 2º de Notas
 Rua Joaquim Pereira, 764 - Centro - Porto Nacional / TO - CEP 77500-000
 Fone/Fax: (63) 3363-1861 - E-mail: tabelionato.pethion@hotmail.com

Registro de Títulos e Documentos - Porto Nacional/TO
 Selo nº 129221AAB442069-0UP, 129221AAB442070-8KC
 Consulte em: <http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>
PROTOCOLO Nº 0013703 / REGISTRO Nº 0010716
LIVRO B-001, Fols. 035 /047
 Porto Nacional (TO), 16 de outubro de 2023.

Camila Galvão Rodrigues - Escrevente
 Emol: R\$ 71,57



Camila Galvão Rodrigues
 Escrevente Oficial

13